

Nota Prévia

Maria João Pereira Coutinho*

Entre os vários fundos do Arquivo Municipal de Lisboa de onde se poderiam selecionar documentos adequados ao tema “Lisboa e as Artes Decorativas: Obras, Artistas, Projetos”, um dos mais significativos, quer por ser estrutural para a compreensão do que foram muitos dos ofícios ligados às artes decorativas na Idade Moderna, quer pelo facto de ter sido amplamente destacado por olisipógrafos, foi o da *Casa dos Vinte e Quatro*. Esse órgão administrativo que procurou regulamentar os ofícios mecânicos e as bandeiras, mas que nem sempre se fez cumprir, foi atualizando as suas determinações através de aditamentos e incluindo novos mesteres até à sua extinção¹.

Tendo em conta que no primeiro número da 2.^a série dos *Cadernos do Arquivo Municipal* já haviam sido publicados o *Regimentos dos pintores*, o *Regimento dos douradores* e o *Regimentos dos carpinteiros e pedreiros*, constantes no *Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da cidade de Lisboa reformados pela ordenação do Senado* (1566-1808), afigurou-se-nos oportuno dar continuidade à transcrição de outros regimentos de oficiais mecânicos, sendo escolhidos para esse fim o *Regimento dos ourives do ouro e lapidários*, o *Regimento dos ourives da prata*, o *Regimento dos guadamecileiros*, o *Regimento dos oleiros*, o *Regimento dos tapeceiros* e o *Regimento dos vestimenteiros que fazem ornamentos para igrejas*.

Embora no acervo do Arquivo Municipal existam mais dois livros de acrescentamentos², e ainda quatro livros, designados *Livro 1.º*, *2.º*, *3.º* e *4.º do registo dos regimentos dos oficiais mecânicos da Casa dos Vinte*

* IHA – Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

Maria João Pereira Coutinho é doutora em História (especialidade em Arte, Património e Restauro) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre 1998 e 2005 foi docente na ESAD-FRESS e entre 2006 e 2009 foi bolseira de doutoramento da FCT. A partir de 2010 integrou o Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve um projeto de pós-doutoramento (SFRH/BPD/85091/2012) em Estudos Artísticos, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.

Endereço eletrónico: mjpereiracoutinho@gmail.com

¹ Segundo o decreto de 7 de maio de 1834.

² AML, *Livro 1.º do acrescentamento dos regimentos dos oficiais mecânicos*, 1501-1712 (258 f.) e *Livro 2.º do acrescentamento dos regimentos dos oficiais mecânicos*, 1593-1792 (249 f.).

e *Quatro*³, optou-se, por uma questão de coerência relativamente à eleição dos primeiros documentos transcritos, pela transcrição do documento que teve origem na reforma dos ofícios pelo jurista Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608).

Sem pretensões de sermos exaustivos, importa salientar que genérica, ou mais aprofundadamente, autores como Eduardo Freire de Oliveira em *Elementos para a História do Município de Lisboa* (1882-1943)⁴, Sousa Viterbo em *Artes e Artistas em Portugal - Contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas* (1892)⁵, Virgílio Correia no *Livro dos Regimêtos dos officiaes mecânicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa (1572)* (1926)⁶, Franz-Paul Langhans⁷ no artigo “As Antigas Corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa” (1942) e na obra *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História* (1943), bem como Marcello Caetano no introito da anterior obra de Langhans e no artigo “A história da organização dos mesteres da cidade de Lisboa”⁸ já tinham referido, citado ou até publicado parcialmente alguns destes regulamentos.

Por outro lado, investigadores como Raul Lino e Luís Silveira no 2.º volume da obra *Documentos para a História da Arte em Portugal*⁹ cingiram-se à parcial transcrição das versões do *Regimento dos ourives da prata*, de 1550, do *Regimento dos ourives do ouro*, de 1554, e do *Regimento do ofício de tapeceiro*, de 1558, constantes no *Livro de posturas*, também do acervo do Arquivo Municipal¹⁰. Franklin Pereira na obra *O Couro Lavrado no Mobiliário Artístico de Portugal* dedicou a sua atenção ao *Regimento dos guadamecileiros*, colocando-o em perspetiva com o *Regimentos dos correiros*¹¹. Mais recentemente, Céline Ventura Teixeira, no volume de anexos da sua tese doutoral *Du potier au peintre d'azulejos: la genèse d'un art au temps des Philippes (1556-1668). Regards croisés sur les ateliers de Séville, Talavera de la Reina et Lisbonne*, publicou, por sua vez, o *Regimento dos oleiros* de 1592, do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa¹².

³ AML, *Livro 1.º de registo dos regimentos dos oficiais mecânicos*, 1767-1786; *Livro 2.º de registo dos regimentos dos oficiais mecânicos*, 1733-1831; *Livro 3.º de registo dos regimentos dos oficiais mecânicos*, 1768-1796 e *Livro 4.º de registo dos regimentos dos oficiais mecânicos*. 1785-1822.

⁴ OLIVEIRA, Eduardo Freire - *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Tip. Universal, 1882-1943.

⁵ VITERBO, Sousa - *Artes e artistas em Portugal: contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892.

⁶ CORREIA, Virgílio - *Livro dos Regimêtos dos officiaes mecânicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

⁷ LANGHANS, Franz-Paul - As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. Ano 11 N.º 7, 8 e 9 (1942) e LANGHANS, Franz-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. I.

⁸ CAETANO, Marcello - A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa. In LANGHANS, Franz-Paul - *As corporações dos ofícios mecânicos: subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. vol. 1 e CAETANO, Marcello - A história da organização dos mesteres da cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa e Brasileira SCIENTIA IVRÍDICA*. Braga. Tomo VIII N.º 39/41 (1959). Separata.

⁹ LINO, Raul; SILVEIRA, Luís, coord. - *Documentos para a história da arte em Portugal*. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: *posturas diversas dos séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969. vol. 2, p. 52-55, 64-65 e 66-69, respetivamente.

¹⁰ Os autores referem o Cód. 393, que cremos ser AML, *Livro 1º de registo de posturas, regimentos, taxas, privilégios e ofícios*.

¹¹ PEREIRA, Franklin - *O couro lavrado no mobiliário artístico de Portugal*. Porto: Lello Editores, 2000. p. 50-51.

¹² TEIXEIRA, Céline Ventura - *Du potier au peintre d'azulejos: la genèse d'un art au temps des Philippes (1556-1668): regards croisés sur les ateliers de Séville, Talavera de la Reina et Lisbonne*. Paris: [s.n.], 2014. Tese de doutoramento em Études hispaniques apresentada à Université Paris-Sorbonne 4.

Por fim, não podemos deixar de assinalar nesta nota o facto de alguns destes Regimentos também terem sido impressos, como ocorreu com o *Regimento para o ensayador do officio dos ourives do ouro, dos ourives do ditto officio, cada hum na parte que lhe toca, na fôrma que no exordio deste Regimento vay declarado* (1693) e o *Regimento para os ensayadores dos officios dos ourives do ouro, e da prata, e dos ourives dos ditos officios, cada hum na parte que lhe tocar na fôrma, que no exordio deste Regimento vai declarado* (1689), condição que conduziu ao prejuízo da consulta dos manuscritos originais¹³.

Por todas as anteriores razões, uma revisão atual e transcrição integral dos documentos supra referidos, assim como daqueles que nunca o foram, assumiu-se, no nosso entender, como premente para a comunidade científica e para um público mais vasto.

¹³ *Regimento para o ensayador do officio dos ourives do ouro, dos ourives do ditto officio, cada hum na parte que lhe toca, na fôrma que no exordio deste Regimento vay declarado*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal, 1693 e do *Regimento para os ensayadores dos officios dos ourives do ouro, e da prata, e dos ourives dos ditos officios, cada hum na parte que lhe tocar na fôrma, que no exordio deste Regimento vai declarado*. Lisboa: [s.n.], 1689.